

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 29/2010

DA REUNIÃO Extraordinária DO DIA 14 de Dezembro de 2010

(Contém X folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE *Andreia Martins Cardoso da Costa* -----
VEREADOR *Francisco Cota Rodrigues* -----
VEREADORA *Raquel Margarida Pinheiro da Silva* -----
VEREADOR *António Lima Cardoso Ventura* -----
VEREADORA *Maria Teresa Valadão Caldeira Martins* -----
VEREADOR *Fernando Francisco de Paiva Dias* -----
VEREADOR *Artur Manuel Leal de Lima* -----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADORA -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

ACTA N.º 29/2010

No dia 14 de Dezembro de 2010, nesta Cidade de Angra do Heroísmo, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo sob a presidência de **Andreia Martins Cardoso da Costa**, na qualidade de **Presidente da Câmara**, estando presentes os Vereadores **Francisco Cota Rodrigues; Raquel Margarida Pinheiro da Silva; António Lima Cardoso Ventura; Maria Teresa Valadão Caldeira Martins; Fernando Francisco de Paiva Dias e Artur Manuel Leal de Lima.** -----

Pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos a Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, que foi secretariada pela Coordenadora Técnica **Bélina Maria Santos Leonardo.** -----

REUNIÃO DE 14-12-2010

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Documentos Previsionais e Mapa de
Pessoal dos Serviços
Municipalizados para o ano de 2011

P.º 18.12 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano 2011, a fim de serem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, apresentando os seguintes valores:-----

Plano Plurianual de Investimentos: -----	
Despesas de Investimento -----	€ 2 482 460
Orçamento:	
Receitas Correntes - -----	€ 6 526 500
Receitas de Capital -----	€ 2 189 800
Total Geral das Receita -----	€ 8 716 300
Despesas Correntes -----	€ 6 233 840
Despesas de Capital -----	€ 2 482 460
Total Geral das Despesas -----	€ 8 716 300

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro o mapa de pessoal para 2010 acompanha a presente proposta de orçamento. -----

O Vereador Francisco Cota Rodrigues fez a apresentação do orçamento referindo que o mesmo assenta em grandes áreas como águas, com a renovação de redes, construção de novos reservatórios, equipamento dos três novos furos, execução de remodelação das redes da zona da Ladeira Branca, sistema de águas residuais separativo, sistema de telegestão (informatizar os sistemas de gestão de água), projecto do furo do Posto Santo, dois pacotes de execução e remodelação de arruamentos. No que se refere aos resíduos sólidos referiu que os mesmos passam para a TERAMB, nomeadamente a recolha de resíduos, a aquisição de novos contentores e duas novas viaturas bem como a renovação de algumas existentes.

Referiu ainda, que se irá remodelar o edifício sede dos Serviços Municipalizados, sendo que a Secção de Atendimento do Público, passará para a Rua de Jesus, bem como que serão feitas campanhas de educação ambiental e campanhas publicitárias.

O Vereador António Cardoso Ventura, questionou a razão de um conjunto de investimentos que não foram realizados em 2010 e passarem para o ano de 2011, e se há garantia de os mesmos serem realizados.

O Vereador Francisco Cota Rodrigues, esclareceu que relativamente ao 2.º pacote apenas falta a ligação entre a Boa-Hora e a Igreja que já foi iniciada, a Telegestão está-se a desenvolver sendo que houve alguns atrasos contudo já foi candidatada a fundos comunitários a 1.ª fase, pelo que pensa-se que no início de 2011 já estará realizado.

O Vereador António Ventura afirmou que o aprovisionamento de água à agricultura ainda não é garantido de forma estável, pelo que questionou se esta preocupação está a ser atendida e o que o Governo Regional está a pensar fazer para colmatar essa situação.

Referiu também que relativamente ao IROA – Instituto Regional de Ordenamento Agrário, os furos existentes não resolvem o problema há que arranjar uma solução.

O Vereador Cota Rodrigues, esclareceu que nesta fase os Serviços Municipalizados têm água suficiente para os seus fornecimentos e para fornecer o IROA - Instituto Regional de Ordenamento Agrário em caso de situações de ponta.

O Vereador Artur Manuel Leal de Lima, disse que o Orçamento apresentado enferma do mesmo mal que o orçamento do ano passado. Há coisas que não se percebe, penaliza e muito as famílias, aumentou as taxas e tarifas exorbitantemente.

Verifica-se uma sobre orçamentação no denominado “pacote”, a obra da Terra Chã tem € 800.000,00 (oitocentos mil euros), a aquisição de contentores diminui, a remodelação de edifícios no ano de 2010, não se verificou por razões financeiras e agora há. Possui quatro projectos anulados/adiados, pelo que quer explicações sobre o assunto.

No que se refere à obra da Ladeira Branca trata-se de um projecto completo de saneamento básico e águas. Verifica-se que os projectos mais relevantes são os que já estão em execução.

Quanto às campanhas de sensibilização parece que o orçamento é muito parco quando já se fez campanhas muito boas no município. Negligencia-se o investimento na prevenção da falta de água.

O Vereador Cota Rodrigues explicou que relativamente ao investimento na prevenção da falta de água, a capacidade de armazenamento dos aquíferos é suficiente para abastecer o concelho nos próximos anos sendo que tal capacidade depende da demanda de água. Relativamente ao “Pacote 2” tratou-se de uma empreitada adjudicada por série de preços, sendo que a mesma vai terminar com uma execução financeira mais reduzida porque efectivamente não se realizaram trabalhos previamente previstos, visto que foi orçamentado com base no adjudicado.

No que se refere às campanhas de sensibilização esclareceu que se está a alargar as mesmas.

Quanto aos projectos anulados das Etar’s deveu-se ao facto da saída de um Decreto Legislativo Regional da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar o qual impõe parâmetros menos exigentes que a Lei Nacional, pelo que para as Etar’s de São Sebastião e São Mateus da Calheta ir-se-á avançar para o tratamento primário e não secundário. Verificou-se que não havia enquadramento para a candidatura a fundos comunitários. Assim vão reformular os projectos para tratamento primário.

No que se refere ao tratamento terciário da ETAR de Angra do Heroísmo, o enquadramento hidrológico é completamente distinto do que se deu aquando da falta de água. Pelo que entende que nas circunstâncias actuais avançar para o tratamento terciário é um acto de má gestão, uma vez que cada litro de água que se vai adquirir ali é muito mais caro que retirar água dos furos quando esta é de boa qualidade. Com a abertura dos furos na zona dos Cinco Picos há boas perspectivas de captar água.

A Vereadora Raquel Silva defendeu que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados está a actuar preventivamente com a abertura de quatro furos para o Verão.

Face ao relatado o Vereador Artur Lima fez questão que ficasse registado em acta que a Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista abandonam e acham que não é necessário, nesta fase, o tratamento terciário da ETAR.

O Vereador António Ventura sugeriu que se elaborasse um relatório de aprovisionamento de água no Concelho, do qual constasse o crescimento das actividades económicas, agricultura e turismo que fornecesse dados sobre o abastecimento de água ao Concelho

de Angra do Heroísmo. Defendeu, ainda que é necessário dar conhecimento das alterações ocorridas, no orçamento, de modo a que os vereadores tenham conhecimento do ocorrido.

Na sequência do tema em discussão o Vereador Artur Lima fez questão de ficar registado em acta que o Vereador Francisco Rodrigues disse que relativamente as obras de remodelação da Nasce Água as mesmas serão realizadas noutra fase, visto que há outras obras mais prioritárias.

O Vereador Fernando Dias enalteceu o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados por ter tomado uma atitude favorável em relação aos munícipes ao assumir os 0,5% da taxa aplicada pelo ERSARA - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores.

O mesmo Vereador apresentou a seguinte proposta:

- Inclusão, no Plano de Actividades, do projecto das ETARs da Vila de São Sebastião e de São Mateus da Calheta, para os anos de 2012 e 2013.

Para o efeito o Vereador Francisco Cota Rodrigues sugeriu que para o ano de 2012 fosse atribuído o valor de € 70 000,00 (setenta mil euros) para o projecto e € 330 000,00 (trezentos e trinta mil euros) para a obra e no ano de 2013 o valor de € 200 000,00 (duzentos mil euros) para a obra. **Posta à votação, a Câmara Municipal, por maioria, com seis votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e um voto contra do Vereador do CDS/PP, concordou com a presente proposta.** -----

O Vereador Artur Lima disse discordar da proposta em causa uma vez que se está a adiar uma obra por mais 3 anos, razão pela qual votou contra.

O Vereador Artur Lima propôs a aprovação da Câmara a seguinte proposta:

- Redução em 50% da taxa respeitante à ligação do ramal de água para a 1.ª habitação
- Abolição da tarifa de disponibilidade durante o ano de 2011.

O Vereador Cota Rodrigues disse tratar-se de uma proposta irresponsável, pois tinha de fundamentar de onde iria ser retirado o dinheiro para o efeito e que as contas feitas pelo Vereador Artur Lima são feitas conforme calha. O Vereador Artur Lima fez questão de que fosse mencionado em acta o que o Vereador Francisco Cota Rodrigues havia comentado acerca da sua proposta, tendo o Vereador Cota Rodrigues reafirmado o mencionado.

Posta à votação, a Câmara Municipal, por maioria, com três votos contra da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e três abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e um voto a favor do Vereador do CDS/PP, rejeitou as propostas em causa. -----

O Vereador António Ventura disse tratar-se de uma proposta responsável e que faz sentido, contudo, há que perceber se efectivamente o impacto financeiro no orçamento dos Serviços Municipalizados, razão pela qual se abstêm. No entanto sugeriu que o Vereador Artur Lima apresente esta proposta em próxima reunião do executivo camarário.

Posta a votação a proposta dos documentos Previsionais e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para o ano de 2011, a Câmara Municipal, por maioria, com seis votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e um voto contra do Vereador do CDS-PP, concordou com esta proposta e deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro-----

A Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:

“O Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, tal como o do ano anterior, visa melhorar a qualidade dos serviços prestados, garantir a sustentabilidade económica, modernizar os recursos humanos.

Este plano plurianual centra-se na satisfação das necessidades dos munícipes ao nível da distribuição de água, recolha de resíduos sólidos urbanos e recolha e tratamento de águas residuais.

Ao nível dos recursos hídricos, este plano segue a estratégia adoptada em 2009, apostando na renovação de redes, no aumento da capacidade de reserva, com a construção de reservatórios e na implementação de um sistema de telegestão, essencial para a melhoria dos processos de captação, tratamento e distribuição de água.

Ao nível dos resíduos sólidos aposta-se na melhoria dos processos de recolha, através do aumento da capacidade de contentorização e da aquisição de novas viaturas e na educação ambiental tendo em vista aumentar o volume de resíduos encaminhados para a reciclagem.

Ao nível das águas residuais, a par de melhoramentos na ETAR da Grota do Vale, inicia-se uma série de intervenções nas redes, reforçando a componente separativa e optimizando a circulação gravítica, poupando energia.

Há ainda a salientar a remodelação de edifícios, incluindo equipamento administrativo e informático, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho e de atendimento aos clientes.

Num contexto de restrições financeiras por força da estratégia de consolidação orçamental definida no Orçamento de Estado para 2011, este é um orçamento que, a par da contenção de despesas tendo em vista a sustentabilidade, aposta na melhoria da qualidade dos serviços que os Serviços Municipalizados prestam aos munícipes, investindo em áreas ambientais fulcrais para o desenvolvimento do concelho.

Assim, entendem que o documento ora apresentado contempla os objectivos estratégicos definidos e por esse facto votam favoravelmente este orçamento.

O Vereador António Ventura fez a seguinte declaração de voto:

“Apesar das dúvidas sobre a execução do orçamento em questão, existe uma medida que é fundamental o não aumento do tarifário dos Serviços Municipalizados”.

O Vereador Artur Lima fez a seguinte declaração de voto:

“Tem grandes dúvidas relativamente à execução do orçamento. É um orçamento de continuidade que retira alguns projectos e alguns adia, nomeadamente as ETAR’S e que reflecte novamente, este ano, o aumento exagerado de todas as taxas e tarifas dos Serviços Municipalizados.

Este ano era preciso baixar numa perspectiva de ajudar as famílias e às grandes dificuldades que vão sentir em 2011”.

Orçamento da empresa municipal
Culturangra, EEM

Orçamento da empresa municipal Culturangra, EEM, para o ano 2011, que apresenta os seguintes valores:

Receita de capital ----- € 452 791, 74

Despesa de capital ----- € 452 791,74

Receita corrente ----- € 1 865 078,12

Despesa corrente ----- € 1 865 078,12

Para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. -----

O Vereador Artur Lima começou por reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração da Culturangra, E.E.M. e colaboradores, durante o ano de 2010, nomeadamente uma gestão equilibrada e introdução de boas medidas, como a bilheteira online, as newsletter's e os festivais das embaixadas onde se verificou um convívio de culturas.

Relativamente ao orçamento para o ano de 2011, questionou a razão pela qual a questão dos € 200 000,00 (duzentos mil euros) consta novamente naquele orçamento.

Realçou ainda, o mesmo autarca, que a Culturangra, EEM, necessitava de mais visibilidade a nível de concertos, uma vez que são quase todos para as Sanjoaninas.

A Presidente da Câmara esclareceu a questão do valor de € 200 000,00, referindo que de acordo com contactos havidos com o Governo Regional, nomeadamente o Vice-presidente a verba constante do orçamento Regional destinada ao Teatro Micaelense, incluía a verba a transferir para Culturangra.

Na sequência desta explicação o Vereador Artur Lima fez questão de que ficasse em acta que até aquela data os entendimentos tidos com ele e o Vice-Presidente do Governo Regional foram cumpridos.

A vereadora Teresa Valadão referiu que devemos destacar o facto de todo o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração da Culturangra EEM, no sentido de fazer uma gestão com contenção de despesas, conseguindo desenvolver actividades com um baixo orçamento. Foi uma etapa bastante difícil para todos os elementos envolvidos pois tratou-se de fazer o que podemos designar como um “balanço à casa”.

Verificando-se uma dotação orçamental bastante acentuada para suporte das Sanjoaninas, deve-se salientar que as questões culturais não podem ficar esgotadas no período de 10 dias em que decorrem as Sanjoaninas. Angra como cidade chegou a usar o

epíteto de “Capital Açoreana da Cultura”, necessita de todo um planeamento/planificação atempada e portanto distribuída equitativamente ao longo de todo o ano.

As planificações exigem um trabalho atempado que indique o espaço e no tempo o nome das múltiplas acções, os objectivos gerais das mesmas as estratégias para a consecução destas, um levantamento detalhado e pormenorizado dos recursos humanos e materiais, assim como, estimativa de encargos e um estudo do impacto das diversas actividades tanto a nível de pessoas locais como de possíveis deslocações exteriores. Importante que venha definido no plano acções específicas com informações detalhadas e consequente impacto das mesmas junto da envolvência Municipal. Salientou que são necessárias mais parcerias, reforço do contacto com múltiplas entidades, assim como uma envolvência total dos munícipes na sua vida concelhia.

O Vereador Fernando Dias disse que o documento em apreciação é muito genérico a nível de plano de actividades, não tem datas, para concretizar.

Referiu ainda, que o orçamento para 2011 é basicamente para assumir encargos com o pessoal e Sanjoaninas.

Salientou que existe um problema de captação de receitas mas que ainda existem dois anos para ver se a empresa em questão é viável ou não.

Questionou relativamente às três obras que estavam no Plano de Investimentos da Culturangra em 2010, o Elevador dos Corte Reais, o Ar Condicionado e a questão do projecto para o Teatro Angrense sendo que é fundamental tratar daquele espaço.

A Presidente da Câmara concordou com a necessidade de tratar daquele espaço, pelo que propôs que no projecto de orçamento da Câmara Municipal para 2011, fosse incluído o projecto do teatro Angrense, visto que exige um grande acompanhamento técnico.

- A Câmara Municipal, por maioria, com quatro votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e três abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou a proposta de orçamento da empresa municipal Culturangra, EEM. -----

Proposta de alteração ao Contrato-
-Programa celebrado entre o
Município e a Culturangra, EEM

Ent. 1509 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 30 de Novembro de 2010, no sentido de ser alterada a cláusula quarta do contrato programa celebrado com a Culturangra, EEM, para aprovação do órgão executivo, nos termos dos artigos 21.º a 23.º e do artigo 34.º todos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com cinco votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista da Vereadora do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP e duas abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou a proposta de alteração ao contrato programa celebrado com a empresa Municipal Culturangra, EEM.** -----

O Vereador Artur Lima fez a seguinte declaração de voto:

“Votou a favor na perspectiva da viabilidade da empresa Culturangra EEM, acha que é fundamental o reforço para a persecução da gestão rigorosa do Conselho de Administração da Culturangra”.

Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa
de Pessoal da Câmara
Municipal para 2011

Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2011, o qual importa, tanto na receita como na despesa o total de € 25 614 731,00 (vinte e cinco milhões seiscentos e catorze mil setecentos e trinta e um euros) e Grandes Opções do Plano no valor global de € 16 673 119,00 (dezasseis milhões seiscentos e setenta e três mil cento e dezanove euros). O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – *No âmbito da apreciação do documento em causa foram apresentadas, pelos Vereadores do Partido Social Democrata, duas propostas:*

- *Inclusão da execução do projecto de reabilitação do edifício do Teatro Angrense, no valor estimado de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros);*

- Um reforço nas delegações de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho no valor de € 5 000,00 por cada junta, perfazendo um total de € 95 000,00 (noventa e cinco mil euros).

Para o efeito a Presidente da Câmara Municipal sugeriu que os valores em causa sejam retirados do projecto “pavimentação de sobras de asfalto” que era de € 120 000,00 (cento e vinte mil euros) ficando este eliminado. **Postas à votação, a Câmara Municipal, por maioria, com seis votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e uma abstenção do Vereador do CDS/PP, concordou com a presente proposta.** -----

A Vereadora Teresa Valadão sugeriu que nas delegações de competências sejam elencadas as necessidades de sobras de estradas e quando for feito o protocolo com as Juntas de Freguesia, seja devidamente anexo, ficando da exclusiva responsabilidade da Junta em questão a concretização/realização das obras, evitando a que venham a reunião de Câmara Municipal novos ofícios com pedidos repetitivos das competências delegadas. Dentro da mesma área do orçamento e após observação do powerpoint apresentado pela Vereadora Raquel, relacionado com o Mercado Duque de Bragança, salienta-se que o mesmo reporta uma imagem de qualidade capaz de dignificar o referido recinto, servindo com qualidade os munícipes/utentes frequentadores deste espaço. De salientar que é importante a permanência neste espaço pois se atendermos a todas as funções de prestações de serviços das cidades desde a Idade Média, o Mercado foi sempre um dos núcleos centrais das mesmas.

Este aspecto foi reforçado com a exemplificação de diversas cidades europeias, onde os mercados são até, inclusivamente cartão-de-visita turística.

Foi ainda referido que após a conclusão da obra era necessária uma formação relacionada com a apresentação/distribuição dos produtos nas referidas áreas de venda pois de acordo com as novas ideias de marketing e publicidade a imagem e o seu enquadramento no espaço reforçam a tendência de compra por parte do consumidor.

Relativamente ao orçamento o Vereador António Ventura solicitou esclarecimentos por escrito de cada acção elencada numa relação que entregou à Presidente da Câmara Municipal.

O Vereador Artur Lima, disse discordar com o estudo da viabilidade de criação da Sociedade de Reabilitação Urbana, visto ir criar-se uma Empresa Municipal, com a verba

irrisória para a reabilitação do Centro Histórico de Angra do Heroísmo, o adiamento da obra do Mercado Municipal para 2012 – 2013, a obra do Teatro Angrense que é “chutada” para a frente.

Salientou a falta de planeamento e critério relativamente à política dos Pavilhões Desportivas, medidas avulsas no Posto Santo e nas Doze Ribeiras.

Não concorda também com o valor de € 400 000,00 (quatrocentos mil euros) para os acessos à Escola da Ribeirinha.

Declarou tratar-se de um orçamento pouco ambicioso que vem defraudando as expectativas dos Angrenses. É o pior orçamento dos últimos anos que vai provocar um atraso no desenvolvimento de Angra do Heroísmo.

A Presidente da Câmara disse não concordar com a apreciação feita do documento estratégico, pelo que o seu partido apresenta a seguinte declaração de voto:

“As dificuldades impostas pelo enquadramento nacional e internacional reforçam a importância da aposta continuada no desenvolvimento local e bem assim o papel das autarquias.

Neste sentido, cabe às autarquias redobrar a atenção na elaboração dos documentos estratégicos como os instrumentos de gestão previsional agora em apreciação: Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal.

Entendemos que os documentos em discussão apresentam o resultado de um trabalho que vimos aprofundando e aperfeiçoando no sentido de conter a despesa corrente e canalizar todas as disponibilidades financeiras para investimentos estratégicos, sobretudo para investimentos co-financiados pelo Proconvergência.

Assim, torna-se fundamental:

1. Continuar a nossa aposta de investimento no parque escolar, concluindo o investimento na escola da Ribeirinha e dando início ao Pavilhão do Posto Santo.
2. Criar instrumentos de planeamento com especial destaque para a conclusão do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo, para o concurso de ideias conducentes ao Plano de Urbanização e para o Estudo Urbano da Zona Nascente de Angra.
3. Promover a requalificação urbana relevando (a) o início da empreitada de requalificação da zona histórica incluindo intervenções na calçada de passeios e vias e ainda substituição de mobiliário urbano e sinalização de trânsito e (b) o

lançamento do concurso público destinado à construção do Mercado Duque de Bragança.

4. Dar continuidade aos investimentos já iniciados ao nível da rede de abastecimento de água e reforçar o armazenamento, melhorando a capacidade dos reservatórios.
5. Melhorar o processo de recolha de resíduos sólidos urbanos, avançando para a criação de centros de recolha em algumas freguesias.

Para além das referidas acções estratégicas apresentamos um documento que reflecte o respeito e consideração pelas Juntas de Freguesia, mantendo a descentralização administrativa, contribuindo para a aproximação e estreitamento do poder local às populações mas também elegendo-as como parceiros privilegiados da Câmara Municipal.

Ao nível cultural pretendemos manter um nível de actividades semelhante ao ano de 2010, apostando na qualidade das iniciativas promovidas mantendo o nível de transferências da autarquia para esse efeito.

Renovamos a nossa preocupação com as iniciativas ao nível da acção social canalizando recursos para:

- actividades destinadas ao publico jovem, ao nível da prevenção e combate às dependências e o programa de bolsas de estudo.
- iniciativas dirigidas aos idosos como a tele-assistência, o projecto Por Favor Não Caia e o Teatro Sénior.
- apoio à recuperação de habitação degradada, prevendo-se a alteração ao regulamento do sentido de agilizar respostas.

Por fim, estamos determinados em promover o realinhamento estratégico dos Serviços Municipais, criando uma nova cultura organizacional dirigida prioritariamente para a satisfação e qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Entendemos por isso que estes documentos reflectem uma estratégia consistente, canalizando os recursos para áreas prioritárias, capazes de contribuir para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho”.

Posta a votação a proposta do orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2011, a Câmara Municipal, por maioria, com três votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e três

abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e um voto contra do Vereador do CDS/PP, concordou com a presente proposta e deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

Pelas **vinte horas e dez minutos**, não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

A Presidente da Câmara

A funcionária que lavrou a acta
